

ANA CLARA BIRRENTO

ULTRAPASSAR AS FRONTEIRAS DO LITERÁRIO: O TEMPO FUTURO DAS HUMANIDADES

1. INTRODUÇÃO

Em 2006, numa entrevista a Markus Miessen,¹ Chantal Mouffe, afirmava que é importante ouvirmos as vozes até aqui silenciadas, aquelas que ainda não emergiram, porque a cultura hegemónica do consenso não permite que as pessoas vejam as coisas de outro modo. Na mesma entrevista, afirmava ainda que outro mundo é possível e que todo o empenhamento produtivo para perturbar esse mesmo consenso é crucial para trazer para o palco da discussão tudo o que este tem tentado empurrar para fora. Em seu entender, a criação de um espaço agonístico, permite a existência da multipolaridade, a existência de muitas vozes e tipos de pessoas: artistas, arquitectos, críticos e teóricos culturais, os quais desempenham um papel fundamental, porque proporcionam diferentes tipos de subjectividades em terrenos e domínios culturais diversos.

Este modelo de pluralismo agonístico, que Mouffe aplica a questões de poder na área das ciências políticas, pode ser alargado à relação que considero poder existir entre as Humanidades e as Ciências Sociais: o reconhecimento de que embora adversárias, elas podem contribuir para entender o estudo da literatura de um outro modo, trazendo-a para o terreno das práticas significativas do quotidiano, libertando-a de um reduto de elitismo.

Também em 2006, António Pinto Ribeiro escrevia no prefácio ao conjunto de textos publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian, por ocasião do seu quinquagésimo aniversário, intitulado *O Estado do Mundo*:

A violência ditada por dogmas culturais expressa no 11 de Setembro de 2001, produziu um arrefecimento da estratégia intercultural e produziu a queda de sentidos da negociação cultural em desenvolvimento. A mundialização do mercado das artes e da cultura, associada à tecnologia da comunicação que acelerou os processos de informação e de distribuição cultural, são factores que impõem novas grelhas epistemológicas, exigem uma reflexão profunda e continuada que ultrapasse os instrumentos de

¹ cf. <http://roundtable.kein.org/node/545>

análise da antropologia, da estética, da sociologia e da economia da cultura que, uma década atrás, ainda eram válidos e tinham alguma eficácia.²

Perante este processo que requer uma reflexão profunda, num tempo de transição paradigmática (Sousa Santos, 2008), e perante a proposta de Mouffe, no que respeita à necessidade de existência de um espaço que ultrapasse a hegemonia do consenso, tenho-me perguntado: numa época em que o processo de globalização é um dado adquirido e em que o mundo se reestrutura a nível político e económico, qual o lugar das Humanidades e mais particularmente qual o lugar da literatura na universidade dos nossos dias? Qual o papel da literatura numa nova ordem social que decorre das diversas e diferentes transformações dos modos de produção de conhecimento, das novas tecnologias de informação e de comunicação, e da relação entre conhecimento e informação?

Estas serão perguntas fortes, na designação de Boaventura de Sousa Santos (2008), que, necessariamente, requerem uma resposta que não pode ser fraca, que não pode ficar dentro dos muros da academia; tem de ser uma resposta também ela forte, capaz de surpreender pelo descentramento do saber erudito e pela abertura a novas práticas, pelo escutar e pela procura do que não está visível, numa reconexão de territórios.

A educação da era do *infotainment*, da era da modernidade líquida e leve (Bauman, 2000), prepara os jovens para perceberem e interagirem dentro de um mundo culturalmente diverso e globalmente interconectado. Esta é uma educação que aponta para o estudo, de entre outras, das culturas e religiões do mundo, da literatura mundial, da interrelação da história mundial, das questões globais, dos sistemas económicos, tecnológicos, ambientais e políticos dos actores governamentais e não governamentais e da capacidade de comunicação que cruza culturas.

A capacidade dos alunos de compreender que a literatura faz parte da organização social e que a selecção e interpretação que fazem dos textos literários corporizam as suas atitudes e interesses torna claro que tem de haver uma viragem no ensino da literatura, considerando-a como um importante elemento na realização de significados da nossa experiência. Porém, o método de estudo da literatura que ainda hoje é realizado em muitas das nossas escolas secundárias e instituições de ensino superior tem levado a um cada vez menor interesse pelo estudo desta.

Consciente de tal facto, consciente de que por mais reformulações e adequações que se façam aos cursos na área das Humanidades, por mais fatos de Bolonha que se

² cf. *O Estado do Mundo*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006

lhes queira vestir, os percursos assentes em bases filológicas tradicionais tendem a perder alunos, ao passo que os percursos que, embora timidamente, ensaiam os primeiros passos na interdisciplinaridade das ciências humanas e das ciências sociais têm maior sucesso. Tal acontece, porque são capazes de esquecer os constrangimentos científicos de cada paradigma, deixando de lado o pensamento ortopédico (Sousa Santos, 2008).

Ao longo da minha carreira como docente de Literatura e de Estudos de Cultura fui sendo levada a procurar caminhos alternativos que me permitissem encontrar um possível caminho do futuro, tanto a nível da investigação, como da prática docente. E esse caminho penso tê-lo encontrado, quando, quer a nível de disciplinas de licenciatura, quer em seminários de Mestrado, me questionei sobre se não seria possível encontrar uma situação de complementaridade e de continuidade entre o estudo literário e o estudo cultural, dando lugar às várias subjectividades, aos vários pontos de vista, ultrapassando as barreiras do consenso hegemónico inerente às ciências humanas, por um lado e às ciências sociais, por outro.

Este caminho resultou da reflexão, da prática de investigação e das muitas conversas com o então meu orientador da tese de doutoramento,³ Professor Doutor Álvaro Pina, bem como do encontro posterior com o conceito de ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos (2005), o qual dava resposta à minha consciência da necessidade de diálogo entre os vários saberes: os canonicamente designados como da academia – científicos e humanistas – e os da cultura exterior, da prática e da experiência quotidiana, não académica.

O que escrevo aqui é a ilustração de uma trajectória pessoal que se foi desenvolvendo em resposta aos contextos institucionais e à minha própria formação intelectual na relação com os estudos culturais.

2. MAPA DE UM PERCURSO – DOS ESTUDOS LITERÁRIOS AOS ESTUDOS CULTURAIS

A perplexidade da compreensão (Inglis, 1993) foi o ponto de partida para a busca de um modo de pensar e de um posicionamento crítico, numa luta entre a continuidade, a semelhança e a reprodução de estudos literários, artísticos e estéticos e o encetar de um percurso de ruptura e de diferença nos modos como se abordam as questões de literatura e de cultura. Tenho tentado que os textos literários e as suas texturas narrativas e ficcionais sejam entendidos como a própria matéria da vida, optando por não os estudar unicamente pelo seu valor estético e literário intrínseco, mas como

³ cf. Tese de doutoramento “*As Crónicas de Carlingford e a Autobiografia de Margaret Oliphant: Contributo para um Estudo da Comunidade Conhecível*”, Universidade de Évora, 2002.

formas de cultura, pois, à semelhança do que Raymond Williams fez em grande parte da sua obra,⁴ a literatura é a base primordial para qualquer análise cultural; nela estão contidos todos os modos de uma sociedade particular, num momento particular.

A elevação da literatura ao estatuto de arte maior, muitas vezes estabelecida como aparato ideológico, ajudou à hegemonia humanista dos estudos literários, atribuindo-lhes uma primazia normativa sobre todas as outras formas de expressão cultural. A literatura, entendida como uma forma de civilização humana, como o melhor que alguma vez se pensou ou disse, como escreveu Matthew Arnold (1932), era o ponto alto da civilização e destinada a uma minoria educada. Este processo projectou a literatura para categorias de selectividade, para um corpo de conhecimento do cânone e da grande tradição, segregando os parâmetros do estético, do belo e do valor artístico de todas as outras actividades sociais⁵.

Foi trabalhando com esta agenda crítica que me formei e foi com este legado que aprendi a ler e a analisar textos literários; fui, porém, ao longo dos anos, encontrando novas vozes e novos autores que estiveram na origem da mudança de perspectiva crítica. Gostaria de deixar claro, todavia, que não foi a posição ideológica marxista que me atraiu em Williams, mas antes a sua visão articulada de um já então projecto abrangente de complementaridade entre ciências humanas e ciências sociais. Esta viragem cultural dos estudos literários deu-se quando a literatura foi trazida para fora dos muros da academia, aproveitando o trabalho intelectual e trazendo-a para o espaço de discussão e de confrontação, lutando contra a ideia de que cultura rima com sepultura (Williams, 1958). Em contraste com uma ideia elitista de literatura, desenvolveu-se na Escola de Birmingham o trabalho que enfatiza o carácter vivido, quotidiano da cultura como todo um modo de vida.⁶

Meio século depois de Raymond Williams e Richard Hoggart terem fundado as suas práticas no fermento intelectual da Nova Esquerda, interessados que estavam em

⁴ Tome-se como exemplo *The Long Revolution* (1961), *Drama from Ibsen to Brecht* (1968); *The English Novel from Dickens to Lawrence* (1970), *Orwell* (1971), *The Country and the City* (1973).

⁵ Veja-se a este respeito algumas obras de Frank Raymond Leavis, nomeadamente *Mass Civilization and Minority Culture* (1930), *Education and the University: A Sketch for an "English School"* (1943, 2d ed., 1948), *The Great Tradition: George Eliot, Henry James, Joseph Conrad* (1948), *English Literature in Our Time and the University* (1969), *The Living Principle: "English" as a Discipline of Thought* (1975).

⁶ Após a experiência das aulas extra-muros, Richard Hoggart e Raymond Williams criaram o Centro Contemporâneo de Estudos Culturais em 1964, o qual foi transformado, cerca de vinte anos depois, no Departamento de Estudos Culturais e Sociologia. Williams e Hoggart reagiram não tanto à literatura como objecto de estudo, mas antes aos modos como tais textos deveriam ser estudados e com que intenção, redefinindo a noção de cultura, afastando-a de uma cultura de elite, de tudo o que melhor se fez e pensou (*a body of knowledge*), numa tradição de cultura e civilização inaugurada por Samuel Taylor Coleridge e Thomas Carlyle, e mais tarde por Matthew Arnold. Este autor estabeleceu uma agenda cultural que dominou o debate até meados do século XX e para quem a principal preocupação era a ordem e a autoridade sociais, ganhas por meio de uma subordinação cultural das classes trabalhadoras à aristocracia e à classe média.

questões de classe, cultura, democracia e socialismo, no contexto da história da classe trabalhadora inglesa, os Estudos Culturais foram-se desenvolvendo como uma nova disciplina académica, sobretudo no mundo anglófono, onde atingiu legitimidade e revelou abertura a um complexo leque de questões culturais e sociais, produzindo estudos inovadores sobre representação, conhecimento e poder, ideologia, género, identidade, classe, etc. Na narrativa dos estudos culturais colocava-se a ênfase não só na cultura comum, mas também na capacidade activa e criativa de um povo para construir práticas significativas partilhadas.

Foi esta a lição que aprendi com Williams: recusando o papel da literatura como um valor absoluto das artes e da cultura, temos de nos focar na análise de literatura como discurso e como uma forma significativa dos meios e das condições de produção. Os textos literários codificam padrões e estruturas de sensibilidade, sendo portadores das marcas dos processos que os produziram, e convidando, desse modo, à sua interpretação.

Eles são uma forma de cultura documental, a forma imaginativa e intelectual que regista, de modo detalhado, a experiência e o pensamento humanos. Numa época em que tanto se fala da crise das Humanidades, quando as universidades se debatem com sérios problemas na cativação de alunos para os cursos desta área, há que tomar consciência de que a mesa tem de ser virada (Young, 1996), já que se torna cada vez mais urgente e necessário que se actualizem as práticas docentes e de investigação, num diálogo crítico com as formas de análise literária e cultural e com as tradições de análise das relações entre cultura e sociedade. Esta preocupação levou-me a tornar a prática docente mais activa e participada pelos alunos – transformando-os em sujeitos receptivos e participantes no processo de ensino-aprendizagem e não em recipientes passivos. Em meu entender, os alunos têm de experimentar o envolvimento, a emoção e o prazer de conhecer a literatura e a cultura. Têm de ser capazes de se identificar com a experiência, com os modos de pensar e com as situações representadas por um determinado autor, num determinado tempo e espaço.

3. A CRISE DAS HUMANIDADES – O CASO DA LITERATURA

A tão falada crise das Humanidades surgiu como um fenómeno de finais do século XX, não tanto pela menor produção de literatura [lembramo-nos de que o mercado tem sido constantemente invadido por novos autores], nem, por vezes, pela menor qualidade desta, nem pela redução do número de leitores. Este foi um fenómeno que aconteceu sobretudo a nível do ensino superior, um fenómeno que ocorreu dentro dos muros da academia, onde, por vezes ainda se pratica um estudo da literatura espalhado por formalismos que se revelam pouco atraentes para os jovens.

Concomitantemente, o discurso da empregabilidade, do retorno económico de um curso superior tem, sem sombra de dúvida, prejudicado a área das Humanidades. Quantas vezes já ouvimos dizer que, sendo estes cursos de lápis e de papel, não são cursos caros para os cofres do Estado, mas não têm rentabilidade imediata para os jovens.

Acresce a tudo isto, a mudança epistemológica das estruturas de sensibilidade pós-modernas, com a rejeição da verdade e da tradição e a disseminação e expansão dos estudos culturais que perderam de vista a literatura, tendo cada vez mais se centrado no aumento significativo da heterogeneidade e da localização em relação, por exemplo, às identidades, à cultura dos jovens, à música, à dança, à moda.

A cornucópia de agendas críticas (Morley, 2001) reviu, em grande parte, o estudo da cultura como todo um modo de vida, valorizando o estudo da produção de objectos culturais, o estudo do conteúdo desses objectos, o estudo da recepção e significado dos mesmos, em detrimento da literatura.

A redução da prática de estudos culturais ao terreno do popular estreitou e deixou de fora do âmbito e alcance dos conceitos fundadores muito trabalho interessante. Como Grossberg (2006) escreveu, a fase de maturidade dos estudos culturais significou a multiplicação das suas fronteiras e a sua afectação por disciplinas contíguas, por instituições académicas e não académicas, por movimentos e projecto políticos de muitos tipos.

De facto, a viragem dos estudos culturais para o popular parece ter esquecido que, apesar das diferenças entre Williams, Hoggart e mesmo Thompson,⁷ o legado intelectual destes homens foi não só a consideração da cultura comum, mas também a consideração da capacidade activa e criativa das pessoas de construir significados e práticas partilhadas, encontradas não só no quotidiano, como em textos literários. As diversas agendas críticas centraram o estudo do popular, não nos significados comuns, mas antes no consumo (Barker, 2000), diluindo, assim, a verdadeira cultura popular numa celebração populista de formas populares (Frith, 1992).

As práticas ortopédicas no ensino da literatura, os interesses do mundo actual e a viragem populista dos estudos culturais arredaram os jovens de um trabalho de análise da literatura. Todavia, se soubermos ultrapassar as fronteiras do literário e se recentrarmos a nossa atenção, enquanto pesquisadores, professores e críticos, no estudo cultural e social da literatura, nunca abandonando, porém, a consideração da mesma como produto da imaginação criativa e estética dos autores, seremos capazes

⁷ Hoggart explora o carácter da cultura vivida e autêntica da classe trabalhadora inglesa, a partir das suas próprias memórias; Thompson enfatiza o papel activo e criativo da classe trabalhadora inglesa na construção da sua própria história, e Williams definiu cultura como os significados e valores quotidianos que fazem parte de todo um modo de vida.

de mapear a geografia, e de encontrar novas condições de possibilidade para a análise literária e cultural em novas e dinâmicas alianças culturais. Seremos, igualmente, capazes de fazer com que os nossos alunos se tornem agentes de mudança, reconstruindo a base e clarificando as contradições entre o paradigma literário e o paradigma cultural.

4. CARTOGRAFANDO FUTUROS: ULTRAPASSAR AS FRONTEIRAS DO LITERÁRIO

A complementaridade das ciências humanas e das ciências sociais faz-se na compreensão de que não podemos olhar para a literatura como algo exclusivamente pertencente ao cânone estético-literário, nem podemos perder de vista aquilo que liga a experiência comum à configuração expressiva das suas dimensões estéticas. Tem de haver uma relação intrínseca entre a prática criativa, a imaginação emocional, e o quotidiano, num processo de reconstrução e de articulação do poder cultural.

Temos de abrir novas perspectivas e novos temas, de modo a dar aos nossos alunos as ferramentas necessárias para aprenderem mais sobre eles mesmos, para estudar a literatura e a cultura vividas e desenvolvidas como um processo humano e social que não pode ficar fechado numa torre de marfim. Não esqueço a lição de Raymond Williams (1977) de que a cultura é um processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida.

Tenho a firme convicção de que o principal papel da universidade é o de preparar cidadãos capazes de pensar e fazer pensar, de agir e de fazer agir, de sentir e de fazer sentir, e de criar e de fazer criar. Isso é possível se ciências humanas e ciências sociais se complementarem nos seus processos de investigação, ensino e objecto de estudo.

Tal como Michel Foucault (1988), considero que a literatura pode, para além daquilo que a constrói como objecto estético, ser entendida como uma tecnologia da subjectividade num paradigma estético-ético. É sobre este paradigma, o da interrelação entre a cultura académica e a cultura fora dos muros da academia, que quero agora tecer algumas considerações, numa tentativa de juntar, como estrutura transparadigmática, as humanidades, representadas no caso presente pela literatura, e as ciências sociais, representadas pelos posicionamentos teóricos e críticos que se assumem no estudo da literatura, numa tentativa de encontrar os caminhos do futuro, o tempo futuro das Humanidades.

Temos de ser capazes de juntar as duas metades separadas que parecem ter vivido de costas voltadas, reconciliando o cânone literário com as práticas culturais. A minha intervenção tem-se pautado por uma abordagem que vai beber a sua influência

aos dois grandes desenvolvimentos da modernidade, fundados no pensamento clássico: por um lado, o paradigma estético, da arte da imaginação aristotélica e, por outro lado, o paradigma ético e político fundado no conceito platónico da representação. Dito de outro modo, tem sido uma intervenção que tenta clarificar no espaço universitário português aquilo que os fundadores da Escola de Birmingham fizeram nos idos anos 50.

Ao defender uma nova estrutura de sensibilidade na análise da literatura, posiciono-me de forma a entendê-la como o resultado individual, imaginativo e criativo do processo de escrita, mas também como uma resposta particular à ordem social (Williams, 1991). Considero a literatura de um modo integrado, sem qualquer separação prévia do privado ou do público, do indivíduo ou da experiência social.

Quando tentamos configurar os textos literários num posicionamento estético e simultaneamente político, colocamos em perspectiva as duas antinomias: a alta cultura e a cultura comum, num processo inclusivo de ideias, atitudes, instituições, estruturas de poder, economia, sociologia, história, bem como as práticas culturais, as formas artísticas, os textos e os cânones.

A produção de significados e a representação da realidade e da experiência podem ser feitas a partir da crítica literária, se considerarmos os textos como elementos pertencentes à nossa vida política e económica e ao nosso contexto social. Penso que concordaremos com a afirmação de Young (1996: 9) de que as discussões sobre literatura rapidamente se tornam em deliberações sobre o mundo.

A dupla articulação da literatura e da cultura como, simultaneamente, o campo de onde a análise parte – o objecto de estudo - e o campo de intervenção crítica, dá-nos a possibilidade de compreender a cultura dos significados comuns e a cultura dos processos especiais de descoberta e de esforço criativo – por outras palavras; as ciências sociais e as ciências humanas.

Entendida deste ponto de vista, não é difícil fazer com que os nossos alunos sigam uma agenda crítica e investiguem os textos literários como um processo dinâmico, ultrapassando os limites do literário e dirigindo-se para os territórios da crítica cultural, reconhecendo que a arte e a sociedade podem ser articuladas e mediadas pela polaridade de uma nova constelação de saberes, em que as grandes narrativas das ciências humanas e sociais se intra-ligam. A prática docente do ensino da literatura tem de ser capaz de virar a mesa, empenhar-se numa nova estratégia, onde não há a separação entre a cultura académica e a agência cultural e social do exterior. O que proponho é que se estudem todas as formas de produção literária em relação com as estruturas sociais e com as estruturas de poder, bem como com as fundações estéticas, numa perspectiva intra-disciplinar, diluindo as tensões entre o estético, o

ético e o político. Temos de ser capazes de ultrapassar as barreiras das diferentes epistemologias e levar os jovens a interessar-se pelo estudo da literatura na sua capacidade de lidar com a vida artística, imaginativa, estética e intelectual e de articular com sensibilidade e experiências sociais.

A literatura, à semelhança de outros produtos culturais, produz sentidos, construindo e representando realidades por meio da faculdade constitutiva que é a língua, a qual articula as experiências e se constitui como uma presença social no mundo, pois a literatura, como produto de uma história económica e social, é, igualmente, uma prática social histórica que permite leituras novas dos textos e novos tipos de questões (Williams 1977).

Contudo para que esta interdisciplinaridade aconteça, é necessário que não paremos nas fronteiras dos textos e as atravessemos, na medida em que as abordagens intra-disciplinares da cultura e da sociedade transgridem a fronteira entre várias disciplinas académicas (Kellner, 1997). O dilema ou o paradigma do interior/exterior (Young, 1996: 11) tem perpassado toda a história dos estudos culturais que têm tentado atravessar ou atenuar, as fronteiras entre disciplinas, em projectos que se me afiguram como, simultaneamente, de assimilação e de marginalização, de inclusão e de exclusão, das práticas hegemónicas, das tradições, notações e convenções, numa articulação de práticas e de conceitos que tiveram origem nas reflexões de Williams e de Hoggart sobre a literatura, a sociedade e a cultura.

No limiar da revisão de práticas e de conceitos, proponho que se volte aos fundadores dos estudos culturais, em busca de um futuro renovado para a literatura e de novos horizontes de esperança, recentrando e reposicionando a literatura, rearticulando-a com a análise cultural de todas as formas de significação.

A reconciliação da actividade criativa com todo um modo de vida permite-nos compreender-nos a nós próprios e ao mundo; não podemos olhar para a literatura como algo que pertence ao cânone ou a um museu, ao mundo da teoria e da abstracção, pois não podemos perder de vista o que relaciona a experiência comum e a configuração expressiva da dimensão estética dessa experiência. Tem de haver uma relação intrínseca entre a prática criativa e o quotidiano, num processo de reconstrução e de articulação do poder cultural.

Nos textos literários, encontramos as experiências e os contextos de um período particular, encontramos a cultura registada, as estruturas de sensibilidade dominantes e emergentes – a cultura de um período. Neles encontramos todos os elementos em solução e por meio deles mantemos as relações humanas e sociais activas e vivas.

Numa época em que um constante processo de reestruturação global afecta todas as estruturas sociais, políticas e económicas, numa época de escolhas, de liquidez e de ambivalência, os textos literários codificam padrões e estruturas de sensibilidade.

5. CONCLUSÃO

Estaremos nós, enquanto investigadores e docentes, na disposição de trazer a literatura para o centro, reinventando-a dentro de uma estrutura cultural, educacional e política, e determinando os modos como devemos entender a relação íntima entre análise textual e cultural?

Basta-nos querer complementar práticas e unir os valores estéticos com componentes éticas e políticas, num esforço interpretativo de juntar os paradigmas literários e cultural. Os campos epistemológicos das ciências humanas e das ciências sociais não podem surgir como esferas separadas em termos institucionais, em termos de discurso de investigação e de prática docente. Não deve haver um afastamento entre as montanhas da teoria e as planícies da prática.

O interesse da literatura reside, assim, na sua capacidade simultânea de lidar com a vida intelectual, imaginativa, estética e artística, por norma mais individual, e de articular sensibilidades e experiências sociais, das quais os indivíduos, por vezes, não têm uma plena consciência. Para estudarmos as relações sociais, culturais, políticas, pessoais, estéticas etc., temos de as estudar activamente, entendendo todas as actividades como formas particulares e contemporâneas da energia humana. Não se trata aqui de relacionar a arte com a sociedade, mas de estudar todas as actividades e as suas interrelações sem qualquer concessão ou prioridade a qualquer uma delas.

Cartografando futuros, construindo uma nova geografia, podemos criar novas condições de possibilidade para as ciências humanas e as ciências sociais, em novas e mais dinâmicas alianças.

Podemos repensar o estudo da literatura, transformá-lo, como parte de um projecto intelectual mais vasto que se preocupa com o estudo das práticas significativas e discursivas, ao mesmo tempo que inclui a análise filológica, textual, formal, da literatura.

Podemos dar voz aos que de uma forma produtiva se empenham em ultrapassar as fronteiras do literário, fazendo uma investigação transdisciplinar às ciências humanas e às ciências sociais, numa nova grelha epistemológica, onde a dicotomia dá lugar a um contínuo, onde uns e outros não são antagonistas, nem competidores, mas antes agonistas, gerando um novo poder comunicativo que ultrapassa a hegemonia do consenso.

Perante os novos desafios, as ciências humanas e as ciências sociais têm de ser capazes de apropriar o futuro, imaginando-o sem qualquer tipo de choque ou clivagem, apostando na multipolaridade de práticas, em vez do imperialismo unipolar de cada uma das ciências, procurando novas formas inclusivas das diferentes realidades, sem separação entre as Humanidades e as Ciências Sociais, nem entre a cultura da academia e a cultura do quotidiano.

Referências bibliográficas

- Arnold, Matthew (1932), *Culture and Anarchy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barker, Chris (2000), *Cultural Studies, Theory and Practice*. London: Sage.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Frith, Simon (1992) "The Good, the Bad and the Indifferent: Defending Popular Culture from the Populists", in McGuigan, J. *Cultural Populism*. London: Routledge.
- Foucault, Michel (1988), *Technologies of the Self, a seminar with Michel Foucault*. Massachusetts: The Massachusetts University Press.
- Grossberg, Lawrence (2006), *Cultural Studies*. London: Routledge.
- Inglis, Fred (1933), *Cultural Studies*. Oxford: Blackwell.
- Kellner, Douglas (1997), "Critical Theory and Cultural Studies: The Missed Articulation", in Jim McGuigan (ed.), *Cultural Methodologies*. London: Sage Publications, 12-41.
- Morley, David (2001), *British Cultural Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- Sousa Santos, Boaventura (2005), *A Universidade no século XXI Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade democrática e emancipatória da universidade* <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>.
- Sousa Santos, Boaventura (2008), "A filosofia à venda, a douda ignorância e a dúvida de Pascal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, 11-43.
- Williams, Raymond (1958), "Culture is Ordinary", in Ann Gray and Jim McGuigan (eds.) *Studying Culture: An Introductory Reader*. London and New York: Arnold, 5-14. [1997].
- Williams, Raymond (1961), *The Long Revolution*. Harmondsworth: Penguin, [1965].
- Williams, Raymond (1977), *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press.
- Williams, Raymond (1983), *Writing in Society*. London: Verso, [1991].
- Young, Robert C. (1996), *The Dialectics of Cultural Criticism*. Angelaki. 2 (2), 9-24.